

ADUNIMEP

Órgão Oficial da Associação dos Docentes da UNIMEP - Seção Sindical do ANDES-SN

BOLETIM EXPRESSO - Piracicaba, 30 de agosto de 2007

Plebiscito convoca os brasileiros a opinarem sobre privatizações e benefícios ao capital especulativo

De 1 a 7 de setembro, durante a Semana da Pátria, os brasileiros serão convocados a comparecerem às urnas para opinar sobre quatro importantes temas: a anulação do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce; a defesa da Previdência Pública; o fim da cobrança abusiva do preço da energia elétrica; e a necessidade urgente de realização de uma auditoria nas dívidas interna e externa do país.

A convocação para o plebiscito popular parte de cerca de 60 entidades ligadas aos movimentos sindical, popular e estudantil. Entre elas, está o ANDES-SN, que decidiu pela organização do plebiscito nas seções sindicais de todo o país.

Para a vice-presidente do ANDES-SN e coordenadora da campanha, Maria Inês Marques, o plebiscito é uma forma de provocar uma reflexão sobre a política de privatizações adotada por sucessivos governos brasileiros, principalmente a



partir de 1990, que tantos malefícios têm causado ao povo brasileiro.

Maria Inês lembra que o ANDES-SN, desde 2004, iniciou a articulação com entidades para denunciar a

fraude e pedir a anulação do leilão. O 26º Congresso, em 2006, aprovou a construção do Plebiscito e o 52º Conad destinou verbas para a ação. (Fonte: InfromANDES – Agosto/07)

Adunimep também participa desta luta

A Associação dos Docentes da Unimep disponibilizará três urnas para o Plebiscito Popular: uma na sede do Campus Taquaral,

outra na sala dos professores do Bloco 5 e outra na sala dos professores do Campus Santa Bárbara. Para participar, basta

assinar a lista de votação que estará ao lado das urnas e preencher a cédula com sua opinião sobre as questões abordadas.

Confira as perguntas do plebiscito:

1. Em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce - patrimônio construído pelo povo brasileiro - foi fraudulentamente privatizada, ação que o governo e o poder judiciário podem anular. A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?

2. O governo deve continuar priorizando o pagamento dos juros da dívida externa e interna, em vez de investir na melhoria das condições de vida e trabalho do povo brasileiro?

3. Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando até 8 vezes mais que as grandes empresas?

4. Você concorda com uma reforma da previdência que retire direitos dos trabalhadores/as?



Ministério Público constata que Vale viola direitos trabalhistas

Companhia é alvo de mais de oito mil denúncias nos últimos 18 meses no Pará por horas extras não pagas e carga horária excessiva

O Ministério Público do Trabalho (MPT) da cidade de Marabá, no Pará, realizou na última semana uma inspeção judicial em duas mineradoras de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce. A ação foi programada depois que a 1ª Vara do Trabalho do município de Parauapebas (PA) recebeu mais de oito mil denúncias trabalhistas nos últimos 18 meses contra a empresa. A inspeção foi realizada na mina de ferro de Carajás e na mina de cobre de Sossego.

Segundo o Ministério do Trabalho, as denúncias em grande maioria são de horas extras não pagas e carga horária excessiva dos turnos. Na inspeção, foi

constatada a procedência das denúncias e o órgão fiscalizador considerou “violação coletiva dos direitos dos trabalhadores”. Foi concluído que os trabalhadores tinham carga horária de oito e 12 horas e o tipo de trabalho foi considerado “penoso e exaustivo”.

O MPT propôs à companhia assinar um Termo de Ajustamento de Conduta. A estatal tem um prazo de dez dias para dar resposta e se rejeitar a proposta, o caso deve ser levado à Justiça do Trabalho. De acordo com o procurador do trabalho, Francisco Cruz, se multada, a empresa deverá pagar R\$ 69 milhões em indenizações. (Radioagência NP)